

Conselho Municipal de Meio Ambiente – CONSEMAC

Ata da 25ª Reunião – 29.07.2010

Câmara Setorial Permanente de Gestão de Resíduos - CSP-GR.

Local: sala de reuniões da SMAC

Início: 10h15

Término: 12h30

Presentes: Rachel Fares (CMRJ - Coordenadora), Claudia Fróes e Nelson Machado (SMAC/CRS - Relator); Jorge Pinheiro (FELC-RJ); Alexandre Tavares (SECOVI-Rio). Convidados: Maria Josefa (SMAC/CEA); Allan Kardec (FECOMÉRCIO-RJ); Sérgio Guimarães (SIMERJ).

Ausentes: COMLURB, CREA-RJ, CRQ-III, SMAS e SMTE.

1. ASSUNTOS TRATADOS:

1.1 Desoneração da Cadeia Produtiva da Reciclagem:

- ✓ O representante da FECOMÉRCIO informou que o setor jurídico desta federação preparou encaminhamento para a identificação dos tributos envolvidos na comercialização de recicláveis de REEE (19% de ICMS – já estando incluído 1% para o Fundo para Combate à Pobreza, e 5% de ISS), que será posteriormente disponibilizado para os trabalhos da CSP-GR juntamente com a discriminação dos fatores geradores para a cobrança destes tributos;
- ✓ O representante do SIMERJ lembrou que o projeto piloto para a logística reversa de lâmpadas fluorescentes proposto pelo GT da SEA para este tema, do qual participa, ainda não implementado, poderá contribuir para a identificação de fatores geradores para a tributação em questão. Assim que possível providenciará o encaminhamento destas informações para a CSP-GR;
- ✓ A representante pela CMRJ lembrou que o trabalho para este tema (redução de tributos municipais) deverá ser um projeto de lei do executivo;
- ✓ Na ocasião da reunião foi aventado o recente PL Estadual relacionado à isenção/redução de ICMS para atividades relacionadas à reciclagem de materiais;
- ✓ A representante do Centro de Educação Ambiental da SMAC sugeriu à CSP-GR que a legislação urbanística possa considerar nos projetos edifícios a previsão de local para acúmulo de recicláveis destinados à coleta seletiva, preocupação incorporada atualmente no conceito dos prédios-verdes (green buildings);

- 1.2 O representante do FELC-RJ lembrou que em breve será lançado o “Pacto pela Reciclagem” que deverá ser realizado com a participação dos Governos Estadual e Municipal e atores relacionados ao tema dentre os quais, FIRJAN, ABADI, FEBRACOM e MNCRJ. Foi sugerida a participação do SECOVI-RIO para a sua integração ao referido Pacto, que se propõe dentre outras ações contribuir para a elevação dos atuais índices de reciclagem no Estado do RJ;
- 1.3 A representante da CRS da SMAC ressaltou a preocupação com o resgate econômico da Cidade do Rio de Janeiro, que deverá compatibilizá-lo com o fomento ao Desenvolvimento Sustentável e a oportunidade atual proporcionada pela escolha do Município para sediar os grandes eventos esportivos nos próximos anos (Copa do Mundo, Olimpíadas dentre outros);

2.DELIBERAÇÕES

- 2.1 FECOMÉRCIO: encaminhará à CSP-GR parecer jurídico sobre tributação praticada para destinação dos REEE (lixo eletrônico);
- 2.2 SIMERJ: tendo em vista a próxima reunião do GT de lâmpadas fluorescentes da SEA a ser realizada no dia 06.08.2010, identificará e encaminhará os possíveis fatores geradores para tributação no projeto piloto destinado à logística reversa que será apresentada nesta ocasião;;
- 2.3 CMRJ: encaminhará PL (Minc) - isenção/redução de ICMS para a cadeia produtiva da reciclagem;
- 2.4 SMAC: encaminhará minuta do Pacto pela Reciclagem;

3. PRÓXIMA REUNIÃO: 12/08/2010, quinta-feira, às 10h, na sala de reuniões da SMAC.

4. PRÓXIMA PAUTA: Desoneração da Cadeia Produtiva (havendo mudança ou acréscimo de outro tema será informado com antecedência).

ANEXO

Minuta - PACTO PELA RECICLAGEM

O Município do Rio de Janeiro coleta diariamente cerca de 8.000 toneladas de lixo domiciliar, desse total cerca de 40% (3.000 toneladas/dia) poderia ser destinado à reciclagem. Entretanto, dados indicam que só reciclamos 3% do potencial reciclável. É muito pouco para uma cidade tão expressiva no cenário nacional.

Estudos recentes feitos pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) mostraram que os benefícios potenciais da reciclagem para a sociedade brasileira, caso todo o resíduo reciclável que é encaminhado para aterros e lixões nas cidades brasileiras fosse reciclado, estão estimados em R\$ 8 bilhões anuais.

A coleta seletiva reduz o lixo destinado aos aterros, poupa os recursos naturais, fortalece a cadeia produtiva da reciclagem, gerando trabalho e renda para os catadores de materiais recicláveis nas cooperativas.

Além disso, a separação do reciclável para a coleta seletiva ajuda a diminuir o descarte incorreto de lixo nas ruas, rios, encostas e lixões a céu aberto, problema que se agrava nos períodos de intensas chuvas, com desmoronamento de encostas, enchentes com grande número de óbitos.

Em razão do exposto acima, as instituições públicas, privadas, e cooperativas envolvidas com a reciclagem em nosso Estado, reunidos na Assembléia Legislativa do Rio Janeiro, apontaram os principais obstáculos e se comprometeram com ações para ampliar o programa de coleta seletiva do município do Rio de Janeiro, através do PACTO PELA RECICLAGEM.

O Pacto visa:

- Mobilizar a sociedade para a coleta seletiva
- Buscar a responsabilidade compartilhada dos atores envolvidos direta e indiretamente na cadeia da reciclagem,
- Aumentar os índices de reciclagem no município: triplicar em dois anos o volume de material reciclado diariamente no município
- Criar incentivos à reciclagem: diminuir impostos, cortando o ICMS para Reciclagem,
- Fortalecer as ações da COMLURB,
- Apoiar a estruturação das cooperativas de catadores de materiais recicláveis

A partir deste Pacto, as entidades, órgãos e empresas assumem os seguintes compromissos recíprocos para ampliar a reciclagem no município do Rio de Janeiro.

ALERJ

- Apresentar Projeto de Lei para desoneração do ICMS sobre o material reciclado equivalente ao já realizado pelo governo federal com a medida provisória nº 476 de dezembro de 2009 sugerida pelo Ministério de Meio Ambiente que isentou do IPI o material reciclado comprado de cooperativas.

Associação Brasileira de Administradoras de Imóveis – ABADI:

- **Investir na conscientização e mudanças de hábitos e práticas dos síndicos através de palestras informativas,**
- **Divulgação em site da Instituição, revista e cartazes da relação das cooperativas de catadores, localizadas por bairro,**
- **Investir em premiação para os condomínios que mais avançaram na coleta seletiva.**

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, através da COMLURB:

- Viabilizar mais caminhões para ampliar a coleta nos bairros,
- Investir na disponibilização de material reciclável para outras cooperativas ainda não contempladas;
- Juntos; ALERJ e PCRJ agilizar a implementação do projeto de coleta seletiva apresentado ao BNDES pela prefeitura do Rio que poderá multiplicar a coleta seletiva no município;
- Reativar os pontos de transbordo e destinar equipamentos ociosos às cooperativas;

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, através da SMAC- Secretaria Municipal de Meio Ambiente:

- Garantir a desapropriação de área de 5.000 m² com recursos do FCA - Fundo de Conservação Ambiental para construção do 1º galpão de coleta seletiva a ser construído no Centro do Rio de Janeiro, para solucionar a situação imediata das cooperativas que hoje trabalham a céu aberto, nas ruas da Cidade;
- Implantar o Programa de Coleta Seletiva Solidária da Cidade do Rio de Janeiro nos 2.110 próprios da administração pública municipal, garantindo a doação dos materiais recicláveis às cooperativas e associações de catadores;
- Priorizar e agilizar, com procedimentos simplificados, o licenciamento ambiental de empresas de beneficiamento e recuperação de materiais recicláveis;

Secretaria Estadual do Ambiente e o Instituto Estadual do Ambiente - SEA/INEA:

- Apoiar a COMLURB na disponibilização de área para construção de galpão,
- Apoiar com recursos financeiros a aquisição de outros galpões;
- Ampliar o Projeto de Coleta Seletiva Solidária, financiado pelo FECAM, para as cooperativas do Rio, porteiros e síndicos;

- Ampliar a Rede de Apoiadores do centro do Rio organizado pela COMLURB,
- Apoiar a ampliação da coleta nos condomínios associados a ABADI.

FIRJAN:

- Apoiar a implementação da cadeia da reciclagem, comprando material reciclado, incentivando empresas associadas a cumprir a lei da reciclagem e compra do material plástico;
- Incentivar as indústrias a apoiarem com equipamentos as cooperativas de catadores (transporte, galpões, compactadores).

Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis/ base RJ – MNCR/RJ:

- Implantação do sistema de coleta seletiva solidária, com apoio da SEA e das Prefeituras, em parceria com as Cooperativas ou Associações de Catadores, tendo os Catadores de Materiais Recicláveis com agente histórico da Coleta Seletiva, trabalho desempenhado há 50 anos por nós;
- Contribuir para a captação de recursos financeiros necessários para capacitação dos catadores da área de em diversos setores do conhecimento, tais como: administrativo, ambiental, contábil entre outros afins, no sentido de garantir a eficiência e eficácia na realização das tarefas a serem desempenhadas por nós;
- Articular as ações com os demais segmentos públicos envolvidos com as ações sócio-ambientais nos demais municípios a fim de possibilitar a criação de várias REDES no Estado que possam beneficiar os catadores de diversas localidades;

FEBRACOM – Federação de Cooperativas de Catadores de Material Reciclável do Rio de Janeiro:

- Aumentar em 50% a capacidade operacional das cooperativas para receber o material reciclável e por outro lado, articular com a COMLURB a disponibilização de todo o material coletado às cooperativas, atualmente parte do material coletado, não tem sido destinado à reciclagem.

Rio de Janeiro, 30 de julho de 2010.